



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS  
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA  
**ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



MAXWELL ARAÚJO DA COSTA

**AÇÕES DE POLICIAMENTO NA ZONA RURAL: A eficiência da Polícia Militar em  
Goiás**

GOIÂNIA-GO  
2025

MAXWELL ARAÚJO DA COSTA

**AÇÕES DE POLICIAMENTO NA ZONA RURAL: A eficiência da Polícia Militar em  
Goiás**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Rafael Caldeira Rodrigues.

GOIÂNIA-GO

2025

**AÇÕES DE POLICIAMENTO NA ZONA RURAL: A eficiência da Polícia Militar em  
Goiás**  
**POLICING ACTIONS IN RURAL AREAS: The efficiency of the Military Police in  
Goiás**

Maxwell Araújo da costa<sup>1</sup>

Rafael Caldeira<sup>2</sup>

**Resumo**

Este artigo analisa a eficiência das ações de policiamento desenvolvidas pela Polícia Militar de Goiás nas zonas rurais do estado, considerando estratégias operacionais, programas implementados e desafios enfrentados. O estudo tem como objetivo central compreender de que forma o policiamento rural contribui para a redução da criminalidade e para o fortalecimento da sensação de segurança no campo. A metodologia utilizada foi qualitativa, de caráter documental, baseada na análise de legislações, relatórios institucionais, dados estatísticos e literatura especializada. Os resultados indicam que iniciativas como a Patrulha Rural Georreferenciada e a criação do Batalhão Rural em 2019 permitiram avanços significativos, como a queda de 28% nos roubos e de 14% nos furtos em propriedades rurais entre 2022 e 2023. Observou-se ainda que o cadastramento de mais de 140 mil propriedades possibilitou maior precisão no atendimento das ocorrências e fortalecimento da relação entre polícia e comunidade. Contudo, persistem desafios, como a subnotificação de crimes, as longas distâncias territoriais, a precariedade de estradas e a deficiência de comunicação. Conclui-se que, embora o policiamento rural em Goiás represente um modelo de referência nacional, sua consolidação depende de investimentos contínuos em infraestrutura, tecnologia, capacitação policial e integração com a comunidade.

**Palavras-chave:** Policiamento rural; Polícia Militar; Segurança pública; Criminalidade no campo.

**Abstract**

This article analyzes the efficiency of policing actions carried out by the Military Police of Goiás in rural areas of the state, focusing on operational strategies, implemented programs, and challenges faced. The main objective was to understand how rural policing contributes to crime reduction and strengthens the sense of security in the countryside. The research methodology was qualitative and documentary in nature, based on the analysis of legislation, institutional reports, official statistics, and specialized literature. The findings indicate that initiatives such as the Georeferenced Rural Patrol and the creation of the Rural Battalion in 2019 led to significant advances, including a 28% reduction in rural robberies and a 14% decrease in thefts between 2022 and 2023. Additionally, the registration of more than 140,000 properties improved the accuracy of police responses and strengthened the relationship between police and community. However, challenges remain, such as crime underreporting, long territorial distances, precarious roads, and communication deficiencies. The study concludes that although rural policing in Goiás represents a national reference model, its consolidation depends on continuous investments in infrastructure, technology, police training, and community integration.

**Keywords:** Rural policing; Military Police; Public security; Rural crime.

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma de 2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. Email: maxaraujo158@gmail.com. Telefone: (62) 993808103.

<sup>2</sup> Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Educação Musical - UFG, Gestão em Segurança Pública - Uni Anhanguera, Pós graduação em Docência do Ensino Superior – Fabec. Email: pmrafaelcaldeira@gmail.com. Telefone: (62) 9105-8671.

## 1 INTRODUÇÃO

A segurança nas áreas rurais tem ganhado cada vez mais atenção, principalmente em locais onde o agronegócio é uma das principais atividades econômicas, como ocorre em Goiás. Nos últimos anos, as propriedades rurais tem enfrentado problemas como furtos de gado, roubos de máquinas agrícolas, conflitos agrários e até mesmo o tráfico de drogas, questão que antes era mais presente em ambiente urbano. Esses crimes afetam diretamente a vida dos moradores, a economia e a produção rural.

Assim, percebe-se que a criminalidade nos últimos anos tem atingido também o meio rural, tornando-se uma preocupação constante para quem vive e trabalha no campo. A Polícia Militar é responsável pelo policiamento ostensivo, e entender como ela tem atuado nessas regiões é essencial para avaliar se as ações adotadas são realmente eficazes e suficientes para garantir a segurança da população rural.

Em Goiás, onde o agronegócio tem grande peso na economia, garantir a segurança dessas regiões é fundamental. A falta de um policiamento eficiente nessas áreas pode gerar prejuízos econômicos, aumentar a vulnerabilidade dos produtores e moradores rurais afetando a sensação de segurança dessas pessoas.

Durante muito tempo, o foco do policiamento preventivo e ostensivo era as áreas urbanas, o que deixou o campo mais vulnerável à criminalidade. No entanto, algumas iniciativas recentes, têm buscado mudar esse cenário, como o uso de tecnologia e o mapeamento de propriedades para facilitar o atendimento policial e a função preventiva. Este trabalho tem como objetivo compreender como a Polícia Militar de Goiás tem atuado nas áreas rurais, quais estratégias estão sendo utilizadas, os resultados já obtidos e as limitações enfrentadas, com base em documentos oficiais.

A questão central que orienta esta pesquisa é: As ações de policiamento da Polícia Militar de Goiás têm sido eficazes no combate à criminalidade e na promoção da segurança nas zonas rurais do estado? A partir dessa pergunta, o objetivo geral é analisar a eficiência das ações de policiamento desenvolvidas pela Polícia Militar de Goiás no enfrentamento da criminalidade e na promoção da segurança nas áreas rurais.

Para alcançar o objetivo proposto, este trabalho busca compreender as estratégias operacionais adotadas pela Polícia Militar no contexto rural, analisando como essas ações se diferenciam do modelo de policiamento urbano. E ainda, identificar os principais programas e iniciativas voltados prevenção e repressão a criminalidade, com foco nas medidas criadas para atender às zonas rurais de Goiás. Por fim, o estudo também pretende apontar os principais

desafios e limitações enfrentados pela corporação na execução do policiamento rural, considerando fatores como estrutura, logística, efetivo e outros.

Adotou-se uma metodologia qualitativa, baseada em pesquisa documental. Serão analisados documentos oficiais da Polícia Militar do Estado de Goiás, relatórios da Secretaria de Segurança Pública, leis nacionais e estaduais, artigos acadêmicos e reportagens. O método de análise será dedutivo, partindo de teorias e dados oficiais para compreender a prática e sua efetividade, com foco interpretativo e crítico, levando em conta o contexto social e político. Por fim, na Conclusão, serão destacados os principais achados da pesquisa, suas limitações e propostas para futuras investigações.

## **2 REVISÃO TEÓRICA**

Inicialmente, antes de abordarmos o tema em si, é importante considerar aspectos da vida no campo em Goiás, especialmente no que diz respeito à movimentação da economia local. A economia goiana tem apresentado constante crescimento, com destaque especial para o setor agropecuário, conforme aponta o Instituto Mauro Borges de Pesquisa e Política Econômica, no primeiro trimestre de 2025, o Produto Interno Bruto (PIB) goiano cresceu 7,7% em comparação com o mesmo período do ano anterior (Costa, 2025).

Tal avanço foi impulsionado principalmente pela agropecuária, que registrou alta de 17,4%, influenciada pela estimativa recorde de produção de soja, uma das principais culturas do estado. Esse crescimento também traz consigo novos desafios para a segurança pública, pois, ao mesmo tempo que a produção no campo se expande e os investimentos no agronegócio aumentam, as propriedades rurais passam a atrair maior atenção de grupos criminosos, que veem oportunidades para práticas criminosas como furto de gado, máquinas e equipamentos de alto valor, exigindo assim a atuação da polícia ostensiva.

Com isso, esse cenário tornou urgente a adoção e a qualificação do policiamento rural, exigindo uma resposta dos órgãos de segurança pública do Estado, a fim de preservar e garantir a tranquilidade dos produtores e trabalhadores rurais. O exercício da polícia ostensiva é atribuído constitucionalmente à Polícia Militar, na forma do art. 144, § 5º da Constituição Federal de 1988 que dispõe: “ [...] às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública [...] ” (Brasil, 1988, p. 47).

Segundo Nascimento e Nascimento (2018), o policiamento ostensivo é predominantemente preventivo e realiza-se sob o aspecto de polícia administrativa, não incluindo, em suas atribuições a persecução penal. Nesse sentido, Martins (2018) afirma que a

polícia é a única instituição a quem a sociedade delega o uso legítimo da força física para regular as relações entre as pessoas. Ele destaca que a polícia é, essencialmente, uma criação da própria sociedade para exercer controle sobre si mesma. Embora essa não seja sua única atribuição, é certamente uma de suas funções mais marcantes.

No entanto, o autor ressalta que o uso da força repressiva não é constante — a atuação policial no controle social vai muito além da repressão, sendo guiada, na maioria das vezes, por ações preventivas e mediadoras. Nesse contexto, o policiamento rural assume papel estratégico, não apenas na repressão à criminalidade, mas também na prevenção e no apoio as políticas de segurança. O policiamento rural é uma modalidade específica da segurança pública que visa atender às necessidades de proteção e prevenção de crimes em áreas rurais, as quais apresentam características diferentes do policiamento urbano.

Para Santos Aguiar (2023) diferentemente do policiamento urbano, que geralmente atua em ambientes com maior número de moradores, infraestrutura e maior efetivo policial, o policiamento rural precisa lidar com grandes extensões territorial, população afastada entre si e desafios próprios do campo.

Neste aspecto, Cardoso (2023) aponta que o policiamento rural em Goiás começou a ganhar forma na década de 1990, como resposta à crescente preocupação da população do campo com a segurança. Diante do aumento dos crimes em áreas rurais e da carência de uma presença policial específica nessas regiões, os moradores passaram a questionar a criação de uma “polícia especializada” voltada exclusivamente para o patrulhamento do meio rural. Atendendo a essa demanda, a Polícia Militar criou o Programa Patrulha Rural, com o objetivo de oferecer maior proteção às comunidades rurais, aumentar a sensação de segurança e fortalecer a relação entre a instituição e moradores.

Entre os conceitos fundamentais do policiamento rural, Carlos (2022) aponta a ideia de presença policial, para inibir a ação de criminosos e aumentar a sensação de segurança dos moradores rurais. Isso exige o emprego de estratégias que contemplam o uso de veículos adaptados, tecnologias de georreferenciamento e comunicação para superar as dificuldades de acesso e deslocamento. Além disso, o policiamento rural se apoia em uma atuação comunitária, estabelecendo uma relação de proximidade e confiança com a população local, que muitas vezes depende do apoio da polícia para denunciar crimes e colaborar com investigações.

Nesse sentido, Bittner (2003) argumenta que a colaboração entre a polícia e a comunidade não é apenas benéfica, mas essencial. Para ele, essa parceria fortalece a atuação policial e contribui diretamente para o bem-estar da própria população. Quando há confiança

mútua, a comunidade se mostra mais disposta a colaborar com as ações preventivas e investigativas, tornando o trabalho da polícia mais eficiente e próximo da realidade local.

Outro princípio importante é a prevenção qualificada, que para Carlos (2022) envolve o conhecimento das características da região, das rotinas das propriedades e dos tipos de delitos mais comuns. Permitindo que as ações de policiamento sejam planejadas e direcionadas, aumentando a eficiência da repressão e a efetividade das medidas preventivas. Em resumo aponta que o policiamento rural se diferencia por exigir uma combinação entre recursos tecnológicos, estratégias adequadas e interação com a comunidade, buscando atender às questões próprias do ambiente rural.

Vale mencionar que o documento POP (Procedimento Operacional Padrão da Polícia Militar do Estado de Goiás) que em sua seção própria em que trata do ambiente rural descreve ações esperadas nas ocorrências que envolvem a área rural, conforme. Um dos resultados esperados destacados no POP é que “a guarnição desloque até o local, com segurança e no menor tempo possível”.

No entanto, para que esse objetivo seja alcançado, é necessário considerar uma série de fatores, pois, em geral, as propriedades rurais estão localizadas em áreas de difícil acesso, com estradas não pavimentadas, sinal de comunicação precário, além das grandes distâncias entre as sedes dos municípios e as regiões atendidas. Essas limitações geográficas e estruturais impactam diretamente na agilidade e na eficácia do atendimento, exigindo um planejamento específico, o uso de tecnologias de localização e o fortalecimento da estrutura das patrulhas destinadas exclusivamente ao meio rural.

Segundo Leal (2009), a década passada foi marcada por um aumento expressivo da criminalidade na zona rural de Goiás — cerca de 87% a mais. Esse crescimento acentuado despertou a preocupação de autoridades e da sociedade, passando então a se discutir estratégias para melhorar a segurança no meio rural e destacar o valor das parcerias e inovações na construção de um policiamento mais eficaz e próximo da comunidade.

No entanto, apesar de menos frequentes em números absolutos, os crimes no campo têm se tornado mais ousados, organizados e impactantes para a população rural, as ações criminosas, muitas vezes realizadas por quadrilhas organizadas, causam não apenas prejuízos financeiros expressivos, mas também geram insegurança, medo e sensação de vulnerabilidade para as vítimas.

Para enfrentar essa situação, foram implementadas iniciativas específicas para o campo, como a Patrulha Rural Georreferenciada e, mais recentemente, o Batalhão de Polícia Militar Rural (BPM Rural), criado pela Lei nº 20.488, de 7 de junho de 2019. Que dispõe:

Art. 2º Sem prejuízo das atribuições estatutárias e regulamentares, cabe ao Batalhão de Polícia Militar Rural – BPMRural:  
I – executar o policiamento rural;  
II – dar proteção e garantir tranquilidade à comunidade rural;  
III – atuar contra a criminalidade na zona rural, buscando preservar a paz social e restituí-la quando necessário. (Casa Civil de Goiás, 2019, *online*)

Essas atribuições visam proporcionar uma presença policial mais efetiva nas áreas rurais, utilizando aperfeiçoamento dos policiais, tecnologia e mapeamento de propriedades como ferramentas para se aproximar da comunidade e atender de pronto as ocorrências.

Ao longo desses seis anos de atuação, o Batalhão Rural tem se consolidado como peça-chave na proteção das áreas rurais em Goiás, contribuindo diretamente para o fortalecimento da sensação de segurança entre os moradores do campo. Criado com o objetivo de enfrentar os desafios específicos da criminalidade nas zonas rurais — como o isolamento geográfico e a grande extensão territorial —, o batalhão passou a atuar de forma mais próxima e estratégica.

Ainda, conforme o POP/PMGO, um dos procedimentos previstos no atendimento de ocorrências em áreas rurais é que a guarnição responsável obtenha, de forma rápida e precisa, todas as informações essenciais sobre a propriedade envolvida na ocorrência. Isso inclui dados cadastrais, localização exata, características do local, e o histórico da região. Além disso, é fundamental que os policiais tenham acesso ao máximo de detalhes sobre o tipo de ocorrência que estão prestes a enfrentar (se é um furto, roubo, invasão, ou outro crime) para que se preparem de acordo o grau de risco da situação.

Esse preparo prévio permite que a equipe atue com mais segurança, estratégia e eficácia, evitando surpresas e reduzindo o tempo de resposta. Ter acesso aos dados da propriedade por meio de sistemas como o Patrulha Rural Georreferenciada (que será abordado com mais detalhes no tópico de resultados), facilita muito esse processo, pois já há um mapeamento detalhado disponível no sistema, o que contribui para uma atuação mais certa e voltada à realidade de cada local.

### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa em questão utilizou as abordagens de revisão da literatura e análise documental para embasar seus resultados em estudos científicos, doutrinas, legislações e manuais institucionais. Adotou-se o método hipotético-dedutivo, permitindo estabelecer um

diálogo crítico-jurídico em relação aos resultados encontrados, enriquecendo assim o conteúdo da pesquisa (Gil, 2010).

Classificada como uma pesquisa de natureza qualitativa, a investigação abordou e qualificou o problema em questão. De caráter básico, os conhecimentos gerados visam ampliar o entendimento na comunidade acadêmica e profissional, oferecendo contribuições práticas e teóricas para o campo da segurança pública. Os objetivos são explicativos, buscando resultados e tornando-os explícitos. Quanto aos procedimentos, foram de natureza bibliográfica e documental, com base nas fontes previamente definidas para fundamentar a pesquisa (Gil, 2010).

Buscou-se estudos científicos em bases de dados confiáveis, como o *Google Acadêmico* e a Biblioteca Digital de Segurança Pública. Os critérios de seleção aplicados incluíram a natureza do estudo (artigo, monografia, dissertação e tese), pertinência temática, trabalhos completos e idioma português. Os descritores utilizados na busca foram: patrulhamento rural, prevenção a crimes em zona rural e tecnologia aplicada ao policiamento rural e segurança pública.

A falta de qualquer um desses critérios resultou na exclusão do estudo da apreciação nesta pesquisa. A coleta de dados ocorreu de maio de 2025 a junho de 2025, e os resultados são apresentados a seguir, acompanhados de discussão e confrontação doutrinária.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Esta seção apresenta os principais achados da pesquisa documental, organizada conforme os objetivos específicos definidos anteriormente. A análise buscou compreender as estratégias operacionais no policiamento rural, identificar os programas implementados pela Polícia Militar de Goiás e verificar os desafios enfrentados nas zonas rurais do estado.

### **4.1 ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS ADOTADAS NO CONTEXTO RURAL E COMO ELAS SE DIFERENCIAM DO POLICIAMENTO URBANO;**

As ações de policiamento adotadas em regiões rurais são bastante diferentes das aplicadas nas cidades. Enquanto no ambiente urbano a polícia atua em locais com grande concentração de pessoas, infraestrutura, presença constante de viaturas e efetivo mais acessível em caso de urgência, no campo a realidade é outra: longas distâncias, estradas de difícil acesso, falhas na comunicação e moradias espalhadas.

Diante disso, o policiamento rural exige estratégias específicas, como o uso de veículos adaptados para terrenos irregulares, o mapeamento geográfico das propriedades (georreferenciamento), a definição de rotas mais inteligentes e um relacionamento mais próximo com os moradores locais. O Procedimento Operacional Padrão da PMGO (2023) reforça a importância de que cada equipe policial conheça bem a região antes de se deslocar, agindo com rapidez e segurança.

Nesse sentido, Carlos (2022) reforça que a presença da polícia no campo é fundamental. Para ele, só o fato de a viatura circular com frequência já ajuda a inibir crimes e a transmitir mais segurança aos moradores. Ao contrário da cidade, onde a polícia muitas vezes responde às ocorrências de forma mais reativa, o policiamento rural precisa ser proativo, antecipando situações e contando com o apoio da comunidade para identificar riscos e problemas.

Com o crescimento da criminalidade no campo, a tranquilidade de quem vive da terra tem sido ameaçada. Um espaço antes visto como sinônimo de paz agora gera preocupações, exigindo um modelo de policiamento que junte tecnologia, logística e um contato mais humano com os moradores, reconhecendo as particularidades do ambiente rural.

Nesse cenário, dados oficiais mostram que Goiás foi o primeiro estado do Brasil a criar um batalhão especializado no policiamento rural, com a Lei nº 20.488/2019. Até o primeiro semestre de 2025, o Batalhão Rural já havia cadastrado 142 mil propriedades, meta alcançada antes do previsto, e registrou redução de 80% nos roubos rurais e de 34% nos furtos desde a sua criação (PMGO, 2025), conforme tabela.

Tabela 1 – Comparativo de Ocorrências Rurais e Urbanas em Goiás (2022-2023)

<b>Ano</b>	<b>Roubos</b>	<b>Roubos</b>	<b>Furtos</b>	<b>Furtos</b>
	<b>Zona Rural</b>	<b>Zona Urbana</b>	<b>Zona Rural</b>	<b>Zona Urbana</b>
<b>2022</b>	1100	12.480	3.706	57.210
<b>2023</b>	79	11.320	3.202	54.890

(Fonte: PMGO, 2025)

Assim, os dados do Batalhão Rural mostram que, entre 2022 e 2023, a segurança no campo continuou avançando. Os roubos em propriedades rurais caíram 28%, passando de 110 casos registrados em 2022 para 79 em 2023. Os furtos também apresentaram queda de 14%, reduzindo de 3.706 para 3.202 ocorrências no mesmo período. Além disso, diversas apreensões

de bens e desarticulação de ações criminosas também ganharam destaque ao longo do ano, comprovando a efetividade das patrulhas e operações em campo.

Observa-se que, proporcionalmente a queda de ocorrências foi mais expressiva no meio rural, evidenciando a eficácia das estratégias adaptadas a essa realidade. Outro dado importante nesses anos de atuação foi o avanço no cadastramento de propriedades rurais, esse mapeamento é essencial para a atuação preventiva e contribui para que o atendimento em situações de emergência seja mais rápido e preciso, além de permitir um contato direto e organizado com os proprietários.

Tabela 2 – Evolução do Cadastro no Patrulha Rural Georreferenciada (2019-2025)

<b>Ano</b>	<b>Propriedades Cadastradas</b>	<b>Crescimento Anual (%)</b>
2019	52.000	—
2020	75.000	+44%
2021	98.000	+30%
2022	120.000	+22%
2023	135.000	+12%
2025	142.000	+5%

Fonte: PMGO (2025).

A segurança pública é um direito de todos e uma necessidade básica, não importa se na cidade ou no interior. Mas, no meio rural os desafios são outros e, por isso, exigem estratégias específicas. Além disso, importante mencionar algumas das estratégias operacionais adotadas pela Polícia Militar de Goiás no policiamento rural que incluem:

1. Uso de veículos adaptados a terrenos acidentados – como caminhonetes 4x4, essenciais para superar obstáculos geográficos.
2. Georreferenciamento de propriedades – cadastramento com coordenadas precisas para facilitar a localização e resposta rápida.
3. Roteirização inteligente de patrulhas – priorizando áreas de maior vulnerabilidade criminal.
4. Proximidade comunitária – estreitamento das relações com moradores, comerciantes e líderes rurais, seguindo diretrizes de policiamento comunitário (Bayley, 2006).
5. Tecnologia embarcada – uso de rádios via satélite para comunicação em áreas sem cobertura de telefonia móvel.

## 4.2 PRINCIPAIS AÇÕES E PROGRAMAS VOLTADOS AO POLICIAMENTO RURAL IMPLEMENTADOS PELA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS;

O fortalecimento do agronegócio em Goiás, setor responsável por 27,5% do PIB estadual em 2024, ampliou a demanda por segurança no campo, uma vez que produtores e comunidades rurais passaram a enfrentar maior vulnerabilidade diante da criminalidade (IMB, 2025). Nesse cenário, mesmo sem uma política de segurança rural ampla em nível nacional, Goiás se destacou ao sair na frente com iniciativas próprias (Goiás, 2019).

O Batalhão Rural da PMGO, presente nos 246 municípios do estado, é reconhecido como a primeira força policial 4.0 do Brasil, por incorporar tecnologia de ponta em suas operações. Segundo dados oficiais, a corporação evitou prejuízos de R\$ 6,7 milhões aos pecuaristas com a recuperação de gado roubado, além de R\$ 9,4 milhões em defensivos agrícolas e R\$ 14 milhões em maquinário devolvido aos proprietários, dentre outras ocorrências (PMGO, 2025).

Além disso, inovações tecnológicas foram incorporadas ao policiamento rural. O uso de rádios via satélite tem permitido uma comunicação eficiente mesmo em regiões remotas, onde não há cobertura de telefonia móvel. Essa tecnologia é fundamental para que as equipes consigam coordenar ações, trocar informações e pedir reforço de forma rápida, independentemente da localização (Cardoso; Pereira, 2023).

Outra iniciativa importante é o aplicativo *Apporteira*, desenvolvido pela Faeg/Senar em parceria com a PMGO. A plataforma possibilita que produtores cadastrem suas propriedades, animais e equipamentos, vinculando-os ao banco de dados da Secretaria de Segurança Pública. Com isso, o tempo de resposta das equipes é menor e a precisão no atendimento das ocorrências aumenta (Goiás, 2020).

Dentro do aplicativo, o produtor além de informações, notícias e serviços, vai conseguir cadastrar sua propriedade rural com localização, preencher dados sobre maquinários, animais e estrutura, que por georreferenciamento, ficará no banco de dados da Segurança Pública do estado, para trazer agilidade na atuação da Polícia contra a criminalização no campo.

Esse modelo foi criado em Catalão, em 2013, com a primeira versão da Patrulha Rural Georreferenciada. Em 2015, o projeto foi oficializado como policiamento especializado e posteriormente expandido para todo o estado. A ideia central é registrar cada propriedade rural com coordenadas geográficas, facilitando a localização e o atendimento das equipes. (Oliveira; Teixeira; Medina, 2022).

Segundo Oliveira (2022), Catalão se tornou referência nacional, atingindo mais de duas mil propriedades cadastradas, índice inédito no país. O aumento inicial dos registros de furtos e roubos não refletiu maior criminalidade, mas sim a redução da subnotificação, fenômeno em que delitos deixam de ser comunicados às autoridades (Zilli, 2018). Essa mudança fortaleceu a transparência estatística.

A exemplo, dentre as ações recentes de maior impacto está a operação realizada em Goiânia, em maio de 2025, quando o Batalhão Rural, com apoio das Agências de Inteligência, desarticulou uma quadrilha especializada em desmanche de veículos. A operação apreendeu materiais de origem ilícita vindos de São Paulo e representou prejuízo superior a R\$ 500 mil ao crime organizado (PMGO, 2025).

Outra atuação de destaque ocorreu em Anápolis, em fevereiro de 2025, quando a 2ª Companhia do Batalhão Rural resgatou 40 cavalos vítimas de maus-tratos, destinados ao abate clandestino. A ação contou com a parceria da Polícia Civil, Agrodefesa e Ministério Público, demonstrando o caráter interinstitucional do policiamento rural (PMGO, 2025). Essas ações mostram o quanto o policiamento rural evoluiu e como vem sendo eficaz não apenas na repressão ao crime, mas também na proteção da vida, da saúde pública e da dignidade no campo (Costa, 2016).

#### 4.3 DESAFIOS E LIMITAÇÕES ENFRENTADOS NO COMBATE À CRIMINALIDADE NAS ZONAS RURAIS;

Ademais, apesar dos avanços anteriormente citados já conquistados pelo Batalhão Rural da PMGO, o policiamento rural ainda enfrenta muitos obstáculos. Um dos maiores problemas é que boa parte dos crimes, especialmente em áreas afastadas, nem chega a ser registrada. Isso faz com que as autoridades não tenham uma noção clara da real dimensão da criminalidade no campo, dificultando a tomada de decisões e a alocação de recursos.

Esse fenômeno, conhecido como “cifra negra”, compromete a formulação de políticas públicas, pois os indicadores oficiais não refletem a realidade da criminalidade rural (Oliveira, 2022). Outro desafio está relacionado à extensão territorial e à logística limitada. Goiás possui mais de 330 mil km<sup>2</sup> de área, com propriedades rurais frequentemente separadas por dezenas de quilômetros e conectadas por estradas vicinais precárias.

Esse cenário torna oneroso o deslocamento operacional e impacta o tempo de resposta da polícia. Em Goiás, as longas distâncias entre propriedades e as estradas vicinais precárias aumentam os custos logísticos e dificultam a presença contínua das patrulhas, comprometendo

a agilidade no atendimento (Cardoso; Pereira, 2023). De forma convergente, estudos internacionais já apontavam que a dispersão geográfica e a carência de infraestrutura são fatores determinantes para limitar a efetividade do policiamento em áreas rurais (Weisheit; Falcone; Wells, 1994).

No início da implantação do policiamento rural, foi preciso conquistar a confiança dos moradores, cadastrar as propriedades e envolver a comunidade no processo. O financiamento das operações também foi um desafio, já que os custos com combustível e manutenção de viaturas específicas são altos, principalmente considerando as grandes distâncias percorridas diariamente.

Ainda, a deficiência de comunicação também representa uma dificuldade, pois a cobertura de telefonia móvel é instável ou inexistente em diversas regiões do interior goiano, o que prejudica a integração entre as guarnições e o acionamento da polícia pelos moradores. Embora o uso de rádios via satélite tenha sido uma inovação relevante, sua cobertura ainda é parcial e precisa ser expandida para todo o território (Cardoso; Pereira, 2023).

Destarte, também há dificuldade no reconhecimento das propriedades. Muitas fazendas compartilham o mesmo nome histórico da região, o que gera confusão nos registros e no atendimento das ocorrências. O georreferenciamento tem sido a principal solução para esse problema, já que permite a identificação precisa de cada propriedade no mapa da PM.

Também se observa que policiais que não possuem familiaridade com o modo de vida rural podem ter dificuldades em estabelecer vínculos de confiança com as comunidades. Essa falta de sensibilidade dificulta e embora a confiança da população rural na polícia seja, em geral, maior do que a observada em áreas urbanas, falhas no atendimento e baixa frequência de patrulhamento em regiões isoladas acabam diminuindo a credibilidade institucional (Solar, 2023).

## **5 CONCLUSÃO**

A pesquisa realizada demonstrou que o policiamento rural em Goiás passou por um processo de evolução significativa, especialmente a partir da criação do Batalhão Rural pela Lei nº 20.488/2019. Esse marco institucionalizou uma política voltada especificamente para atender às demandas do campo, resultando em avanços concretos no enfrentamento à criminalidade em áreas rurais. A adoção de estratégias diferenciadas — como o georreferenciamento de propriedades, o uso de veículos adaptados e a ampliação da presença comunitária — tem contribuído para a redução expressiva de crimes patrimoniais e para o fortalecimento da sensação de segurança dos produtores e moradores.

Os dados estatísticos apresentados demonstram que, entre 2022 e 2023, os roubos em propriedades rurais caíram 28% e os furtos tiveram queda de 14%, comprovando a efetividade das ações implementadas pelo Batalhão Rural. Além disso, o avanço no cadastramento de propriedades por meio da Patrulha Rural Georreferenciada permitiu maior precisão no atendimento das ocorrências e melhor planejamento estratégico, reduzindo o tempo de resposta policial. Esses dados apontam que o policiamento rural, quando estruturado de forma especializada, pode atingir resultados superiores aos observados em áreas urbanas.

Entretanto, a pesquisa também revelou limitações significativas que ainda comprometem a eficiência plena do policiamento no campo. A grande extensão territorial, as dificuldades de deslocamento em estradas precárias, a cobertura insuficiente de telefonia móvel e os altos custos operacionais são fatores que restringem a atuação contínua e integrada das equipes. Além disso, a chamada “cifra negra” da criminalidade rural, marcada pela subnotificação de ocorrências, dificulta a criação de políticas públicas adequadas e gera distorções da realidade criminal.

Outro desafio identificado refere-se à necessidade de maior aproximação cultural entre os policiais e os moradores das áreas rurais. A falta de familiaridade com o modo de vida no campo pode dificultar a construção de vínculos de confiança, o que reforça a importância de capacitações específicas e de estratégias de policiamento comunitário adaptadas à realidade rural. A valorização da escuta ativa e da participação da comunidade é essencial para consolidar a cooperação entre polícia e sociedade, tornando o policiamento mais efetivo e humanizado.

Além disso, verificou-se que as inovações tecnológicas desempenham papel central no fortalecimento do policiamento rural. Ferramentas como rádios via satélite, aplicativos como o *Apporteira* e o georreferenciamento de propriedades não apenas agilizam o atendimento das ocorrências, como também contribuem para maior integração entre corporação e produtores. Contudo, para que esses recursos alcancem sua plena efetividade, é necessário ampliar investimentos em infraestrutura, treinamento dos policiais e manutenção da tecnologia.

Dessa forma, conclui-se que o policiamento rural em Goiás constitui um modelo de referência nacional, mas ainda em construção. Apesar dos resultados positivos já obtidos, sua efetividade depende da superação de desafios, da valorização dos policiais especializados e da intensificação da parceria com a comunidade rural. Somente por meio de investimentos e da integração entre tecnologia, planejamento e proximidade social será possível garantir a eficiência e sustentabilidade desse modelo de policiamento, assegurando tranquilidade e desenvolvimento ao campo goiano.

## REFERÊNCIAS

- ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional**. São Paulo: Edusp; 2002.
- BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. 2.ed. Edusp: São Paulo, 2003.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.
- CARDOSO, Vinicius Pereira; PEREIRA, Danilo Frauzino. **Atuação do Batalhão Rural frente à grande extensão da zona rural do Estado de Goiás**. Goiânia: Polícia Militar do Estado de Goiás – Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, nov. 2023. Disponível em: <<https://dspace.pm.go.gov.br/server/api/core/bitstreams/dad57429-0c66-4922-a07c-493b67774af0/content>>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- OLIVEIRA, Carlos A. F. Lana M. S. TEIXEIRA & Gabriel S. MEDINA. **Política De Segurança Pública Para Propriedades Rurais: Estudo De Caso Da Patrulha Rural De Catalão/Go**. Rev. bras. segur. pública | São Paulo v. 16, n. 3, 204-223, ago./set 2022. Disponível em: <<https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1390/594>>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- COSTA, L. D. **Policiamento rural: Patrulhas Rurais Comunitárias**. Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública, v. 9, n. 2, p. 51-58, 2016.
- COSTA, R.C. **Produto Interno Bruto 1º trimestre de 2025**. Goiânia-GO: Instituto Mauro Borges de Pesquisa e Política Econômica – IMB, 2025. Disponível em: <<https://goias.gov.br/imb/boletim/>>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed e Bookman, 2007.
- GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOIÁS (Estado). **Lei nº 20.488, de 7 de junho de 2019**. Dispõe sobre a criação, na Polícia Militar do Estado de Goiás, do Batalhão que especifica e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Goiás*, Goiânia, 7 jun. 2019. Disponível em: <<https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/100691/pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- GOIÁS (Estado). **Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. *Mapeamento do agro revela o protagonismo do setor na economia goiana*. Goiânia, 27 maio 2020. Disponível em: <<https://goias.gov.br/agricultura/mapeamento-do-agro-revela-o-protagonismo-do-setor-na-economia-goiana/>>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- GOIÁS. Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão**. 4. ed. Goiânia: PMGO, 2023.

LEAL, Paulo Célio de Souza. **Formação do Policial Militar do Estado de Goiás para atuar no bioma cerrado**. 2009. 179f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável) – Universidade Católica de Goiás (UCG), Goiânia-Goiás, 2009.

NASCIMENTO, N. R. B. NASCIMENTO, P. R. T. B. **Policimento ostensivo como ferramenta de prevenção a ilícitos**. Revista Eletrônica Casa de Makunaima, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em:  
<[https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/casa\\_de\\_makunaima/article/view/406](https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/casa_de_makunaima/article/view/406). Acesso em: 10 jun. 2025>.

OLIVEIRA, Carlos Antonio Ferreira de; MARA SILVA TEIXEIRA, Lana; DA SILVA MEDINA, Gabriel. **Política de segurança pública para propriedades rurais : Patrulha Rural de Catalão/GO**. Revista Brasileira de Segurança Pública, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 204–223, 2022. DOI: 10.31060/rbsp.2022.v16.n3.1390. Disponível em:  
<<https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1390>>. Acesso em: 10 jun. 2025.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Procedimento Operacional Padrão / Polícia Militar do Estado de Goiás**. 4ª edição – Versão 2 – Revisão Técnica 001 – Goiânia: PMGO, 2023. 306 p. ; il.

PMGO – Polícia Militar do Estado de Goiás. **Dados estatísticos do Batalhão Rural 2018-2025**. Goiânia: PMGO, 2025.

SANTOS AGUIAR, Diego; HENRIQUE DE SÁ JUNIOR, Eduardo; DOS ANJOS JUNIOR, Otoniel Rodrigues. **Uma análise das ocorrências atendidas pelo batalhão de polícia militar ambiental da Paraíba de 2015 a 2020**. Revista Brasileira de Segurança Pública, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 162–183, 2023. DOI: 10.31060/rbsp.2023.v17.n1.1581. Disponível em:  
<<https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1581>>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SOLAR, Joseph. **Public trust in rural policing**. SAGE Journals, 2023.

TALASKA, Alcione; ETGES, Virginia Elisabeta. **Estrutura Fundiária Georreferenciada: implicações para o planejamento e gestão do território rural no Brasil**. 2012.

WEISHEIT, Ralph; FALCONE, David; WELLS, Edward. **Crime and policing in rural and small-town America**. Prospect Heights: Waveland Press, 1994.

ZILLI, F. **Georreferenciamento como ferramenta para o policiamento rural**. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 12, n. 2, p. 188-205, 2018.